



**Contrato nº 20/2022-SETUR**  
**Processo nº 07203985/2022**

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DO TURISMO DO ESTADO DO CEARÁ E A EMPRESA CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E REPRESENTAÇÃO EIRELI, ABAIXO QUALIFICADOS, PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA.**

A **SECRETARIA DO TURISMO DO CEARÁ – SETUR**, situada na Av. Washington Soares, 999, Edson Queiroz - Centro de Eventos do Ceará – Pavilhão Leste, 2º mezanino, Fortaleza/CE, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 00.671.077/0001-93, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por sua Secretária Executiva, Exma. **Sra. Denise Sá Vieira Carrá**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 93002240246 SSP/CE e do CPF/MF nº 843.737.503-78, residente e domiciliada nesta capital, e a empresa **CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E REPRESENTAÇÃO EIRELI**, com sede na Rua Desembargador Waldemar Alves Pereira, nº 515, Engenheiro Luciano Cavalcante, Fortaleza-CE, CEP: 60.810-700, inscrita no CNPJ sob o nº 07.468.050/0001-47, doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por sua procuradora **Sra. Marinalva Lima Pereira**, brasileira, portadora da Carteira de Identidade nº 2002010249637 SSP-CE, e do CPF nº 367.200.383-20, residente e domiciliada em Fortaleza-CE, têm entre si justa e acordada a celebração do presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - FUNDAMENTAÇÃO**

1.1. O presente contrato tem como fundamento a Dispensa de Licitação nº 13/2022 integrante do processo administrativo Viproc nº 07203985/2022, os preceitos do direito público, e a Lei Federal nº 8.666/1993, com suas alterações, e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA**

2.1. O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos da Dispensa de Licitação nº 13/2022 integrante do processo administrativo Viproc nº 07203985/2022, e à proposta da **CONTRATADA**, os quais constituem parte deste instrumento, independente de sua transcrição.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO**

3.1. Contratação de empresa na prestação de serviços de mão de obra terceirizada, cujos empregados sejam regidos pela **CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS (CLT)**, para atender as necessidades das áreas de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, apoio administrativo e apoio operacional, com dedicação exclusiva de mão de obra, para atender as unidades administrativas e equipamentos turísticos da Secretaria do Turismo, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I – Termo de Referência deste edital e na proposta da **CONTRATADA**.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL E DO REGIME DE EXECUÇÃO**

4.1. Os serviços, objeto deste contrato serão realizados nas dependências da **CONTRATANTE**, sito a Avenida Washington Soares, nº 999 – Pavilhão Leste – 2º Mezanino, Edson Queiroz, CEP:





60.811-341.

4.2. O objeto dar-se-á sob o regime de execução indireta: empreitada por preço global.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DA REPACTUAÇÃO

5.1. O valor contratual global importa na quantia de **R\$ 4.076.313,85 (quatro milhões, setenta e seis mil, trezentos e treze reais e oitenta e cinco centavos)**.

5.2. Será admitida a repactuação dos preços dos serviços com base nos acordos ou convenções coletivas de trabalho limitando-se ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, a contar da data do orçamento a que a proposta se referir, desde que observado o interregno mínimo de 01(um) ano e demonstrada a variação dos componentes dos custos efetivamente ocorridos e comprovados.

5.3. Não poderão ser repassados aos custos do contrato os reajustes salariais espontâneos ou aqueles decorrentes de acordos coletivos de trabalho ou convenções coletivas realizadas fora da data base da categoria.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias contados da data da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor da contratação, mediante crédito em conta corrente em nome da contratada, **exclusivamente** no Banco Bradesco S/A, conforme Lei nº 15.241, de 06 de dezembro de 2012.

6.1.1. A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

6.2. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

6.3. O percentual de provisionamento previsto no Grupo B da tabela de encargos sociais será devido no primeiro ano do contrato, no percentual máximo de 2,4324% (dois inteiros e quatro mil trezentos e vinte e quatro milésimo por cento), sendo este reduzido, no caso de prorrogação para 1/10 do percentual da proposta definitiva, nos termos da Lei 12.506/2011.

6.4. Para fazer jus ao pagamento do adicional de insalubridade ou periculosidade, a contratada deverá realizar, às suas expensas, e apresentar à contratante, no prazo de 60 (sessenta) dias contatos a partir da vigência do contrato, laudo pericial comprovando a caracterização e a classificação das atividades, em consonância com o artigo 195 da Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, podendo ser objeto de repactuação do contrato, para exclusão ou redução da respectiva rubrica, caso seja constatada a sua não incidência.

6.5. A ausência da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS implicará a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, mediante prévia comunicação, até que a situação seja regularizada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

6.6. Os pagamentos encontram-se ainda condicionados a apresentação mensal da folha de pagamento dos funcionários com os comprovantes; listagem e comprovante de pagamento do vale alimentação, vale transporte, plano de saúde, GEFIP e conectividade social, guias e comprovantes do FGTS, INSS, PIS, COFINS, CSLL, rescisões de trabalho e guia com comprovante de pagamento do FGTS correspondente.

6.7. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.



6.7.1. O valor dos encargos será calculado pela fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

7.7. Os pagamentos encontram-se ainda condicionados a apresentação mensal da folha de pagamento dos funcionários com os comprovantes; listagem e comprovante de pagamento do vale alimentação, vale transporte, plano de saúde, GEFIP e conectividade social, guias e comprovantes do FGTS, INSS, PIS, COFINS, CSLL, rescisões de trabalho e guia com comprovante de pagamento do FGTS correspondente.

7.8. O valor do vale-alimentação será de acordo com a Legislação Trabalhista vigente e Convenção Coletiva da Categoria para cada empregado que faça jus a este benefício.

7.9. A CONTRATADA não poderá, em nenhuma hipótese, condicionar o pagamento dos salários e a entrega dos vales-alimentação aos seus empregados, ao recebimento de suas faturas junto a CONTRATANTE.

7.10. O pagamento da fatura correspondente ao último mês de vigência do contrato ficará na dependência da comprovação, por parte da CONTRATADA, por meio de documento hábil e autêntico, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias, relativas aos seus empregados utilizados na prestação dos serviços, inclusive indenizações das rescisões dos contratos de trabalho.

7.11. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial. Caso a documentação tenha sido emitida pela internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA CONTA CORRENTE VINCULADA - BLOQUEADA PARA MOVIMENTAÇÃO.**

7.1. O montante dos depósitos da conta corrente vinculada – bloqueada para movimentação será igual ao somatório dos valores das provisões constantes no art. 4º da Lei Estadual nº 15.950/2016.

7.1.1. Quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular das obrigações trabalhistas, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis, a CONTRATANTE fará os descontos nas faturas e realizará os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores e do FGTS.

7.1.1.1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

7.2. A CONTRATADA autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, que serão depositados pela CONTRATANTE em Conta Corrente Vinculada-Bloqueada para Movimentação específica, em nome do prestador dos serviços, conforme disposto na Instrução Normativa Conjunta nº 002/2022- SEPLAG/CGE/SEFAZ publicada em 28 de junho de 2022 e no Decreto nº 33.903, de 21 de janeiro de 2021, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas nas referidas normas.





7.3. A CONTRATANTE provisionará os valores para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da CONTRATADA, que serão depositados em Conta Corrente Vinculada- Bloqueada para Movimentação, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação e utilizada exclusivamente para crédito das rubricas retidas.

7.4. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo, previstos de forma exemplificativa, serão aqueles indicados na Instrução Normativa Conjunta nº 002/2022- SEPLAG/CGE/SEFAZ publicada em 28 de junho de 2022 e no Decreto nº 33.903, de 21 de janeiro de 2021, que regulamenta a contratação de serviços terceirizados de natureza continuada.

7.5. O saldo da conta corrente vinculada- bloqueada para movimentação, será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die ou outro índice que venha a substituí-lo, conforme definido na Instrução Normativa Conjunta nº 002/2022- SEPLAG/CGE/SEFAZ publicada em 28 de junho de 2022 e Decreto nº 33.903, de 21 de janeiro de 2021, firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira.

7.6. Os valores referentes às provisões mencionadas neste contrato que sejam retidos por meio da conta corrente vinculada- bloqueada para movimentação, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à CONTRATADA.

7.7. Excepcionalmente, a CONTRATANTE poderá autorizar a CONTRATADA a utilizar os valores da conta corrente vinculada- bloqueada para movimentação para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos no subitem 7.1 acima, ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

7.7.1. Na situação do subitem acima, CONTRATANTE e CONTRATADA, deverão observar as exigências previstas na Instrução Normativa Conjunta nº 002/2022- SEPLAG/CGE/SEFAZ publicada em 28 de junho de 2022 e no Decreto nº 33.903, de 21 de janeiro de 2021, que regulamenta a contratação de serviços terceirizados de natureza continuada.

7.8. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta corrente vinculada - bloqueada para movimentação, será liberado à CONTRATADA no momento do encerramento do contrato, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme Instrução Normativa Conjunta nº 002/2022- SEPLAG/CGE/SEFAZ publicada em 28 de junho de 2022 e Decreto nº 33.903, de 21 de janeiro de 2021, que regulamenta a contratação de serviços terceirizados de natureza continuada.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

8.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos 36100006.23.695.371.20622.03.339037.10000.0.3, 36100005.23.695.371.20622.03.339037.10000.0.3, 36100006.23.695.211.20767.03.339037.10000.0.2 e 36100006.23.695.371.20865.03.339037.10000.0.2.

#### **CLÁUSULA NONA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

9.1. O prazo de vigência deste contrato é de 180 (cento e oitenta) dias, contado a partir da sua publicação.



9.1.1. A publicação resumida do instrumento de contrato dar-se-á na forma do parágrafo único, do art. 61, da Lei Federal nº 8.666/1993.

9.1.2. O prazo indicado no subitem 8.1 cessará a partir da publicação do novo contrato decorrente do Pregão Eletrônico 20210001-SETUR, em trâmites através do processo administrativo sob nº 02668714/2020, sem a necessidade de prévia notificação à Contratada.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA CONTRATUAL**

10.1. A garantia prestada, de acordo com o estipulado no edital, será restituída e/ou liberada após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o § 4º, do art. 56, da Lei Federal nº 8.666/1993. Na ocorrência de acréscimo contratual de valor, deverá ser prestada garantia proporcional ao valor acrescido, nas mesmas condições inicialmente estabelecidas.

10.2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual.

10.3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

10.3.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

10.3.2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

10.3.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

10.4. A CONTRATADA não aceitará a modalidade seguro-garantia na hipótese do instrumento não contemplar todos os eventos previstos no item 10.5, observada a legislação que rege a matéria.

10.5. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na instituição financeira que possua contrato com o Estado do Ceará em conta específica com correção monetária, em favor da Administração.

10.6. A garantia será considerada extinta com:

a) A devolução da apólice, carta-fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu com todas as cláusulas do contrato.

b) O término da vigência do contrato para a prestação da garantia poderá, independentemente da sua natureza, ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

11.1. Executar o objeto em conformidade com as condições contratuais.

11.2. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da CONTRATANTE. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

11.3. Autorizar a CONTRATANTE, fornecendo os cálculos e os documentos necessários, a realizar os pagamentos de salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem



como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

11.3.1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

11.4. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.

11.4.1. Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

11.5. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.6. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitados ao estabelecido no §1º, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993, tomando-se por base o valor contratual.

11.7. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato da contratante proceder à fiscalização ou acompanhar a execução deste contrato.

11.8. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado para execução contratual. A inadimplência da CONTRATADA quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

11.9. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

11.10. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da contratante.

11.11. Responsabilizar-se integralmente pela observância do dispositivo no título II, capítulo V, da CLT, e demais normas do Ministério do Trabalho, relativos a segurança e a medicina do trabalho, bem como a Legislação correlata em vigor a ser exigida.

*[Handwritten signature and initials]*





- 11.12. Apresentar mensalmente junto à contratante no prazo máximo de cinco dias úteis subsequente ao término dos serviços prestados, as folhas de pagamentos e as guias de recolhimentos dos encargos sociais exigidos em legislação vigente, em que se comprove a inclusão de empregados utilizados nos serviços contratados, os quais não terão, em tempo algum, durante o período contratual, nenhum vínculo empregatício com a contratante ou com o Governo do Estado do Ceará, sendo também de responsabilidade da contratada, o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados, inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, (FGTS, PIS, EMOLUMENTOS, SEGUROS DE ACIDENTES DE TRABALHO e outros previstos em lei), ficando excluída qualquer solidariedade da contratante por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais, uma vez que a inadimplência da contratada com referência às suas obrigações não se transfere a contratante. Em nenhuma hipótese, e sob qualquer pretexto, poderá a contratada vincular pagamentos de sua responsabilidade, inclusive os devidos a seus empregados, aos pagamentos a ela devidos pela contratante.
- 11.13. Apresentar a CONTRATANTE, previamente, a escala de férias dos empregados que estiverem à disposição da CONTRATANTE, bem como fazer suas reposições com as mesmas características profissionais daqueles beneficiados por férias ou licenças.
- 11.14. Entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 11.15. Instalar em prazo máximo de 60 (sessenta) dias, escritório na cidade de Fortaleza ou Região Metropolitana, para atender as necessidades da contratada no intercâmbio financeiro e de recursos humanos.
- 11.16. Dar cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 13.146 de 06 de julho de 2015, que dispõe sobre a Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- 11.17. Disponibilizar a(s) vaga(s) destinada(s) ao cumprimento da Lei nº 15.854/2015, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 32.042/2016, observando a disponibilidade de vaga(s) para todas as categorias constantes no item 4 do Anexo I – Termo de Referência.
- 11.17.1. Encaminhar mensalmente, respectivamente, à CISPE/SAP e à SPS, a folha de frequência dos presos e egressos e/ou jovens do sistema socioeducativo contemplados com a reserva de vagas.
- 11.18. Executar os serviços por meio de pessoas idôneas previamente aprovadas pela CONTRATANTE, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que venham a cometer no desempenho de suas funções, podendo a CONTRATANTE solicitar adoção de providências para a melhoria dos serviços quando, a seu critério, estes serviços sejam julgados insatisfatórios.
- 11.19. Proteger adequadamente o patrimônio da CONTRATANTE, zelando pela conservação de suas instalações, equipamentos, móveis e utensílios, quando for da natureza do contrato a prestação de serviços dentro das dependências da CONTRATANTE.
- 11.20. Responder, pecuniariamente, por todos os danos e/ou prejuízos que forem causados a CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da prestação dos serviços contratados.
- 11.21. Responsabilizar-se, direta ou regressivamente, única e exclusivamente, por todos os prejuí-



zos, perdas, danos, indenizações, multas, condenações judiciais e administrativas e quaisquer outras despesas incorridas, decorrentes de quaisquer ações ou omissões de seus empregados, prepostos e contratados, em decorrência da execução dos serviços, causados tanto a CONTRATANTE quanto a terceiros, eximindo a CONTRATANTE de toda e qualquer responsabilidade neste sentido. A esta cláusula aplica-se o direito de retenção previsto neste Contrato.

11.22. Providenciar, no prazo máximo de 24 horas, a substituição de seus empregados ao seu posto de trabalho, quando das ausências ou afastamentos quer sejam por férias ou licença, programados ou inesperados. A CONTRATADA deverá substituí-lo imediatamente por profissional competente que possua qualificações técnicas compatíveis com a função do empregado que estiver em falta/ausência com seu posto de trabalho, a fim de evitar a descontinuidade dos serviços prestados.

11.23. Fornecer os vales-alimentação aos seus empregados que façam jus a esses benefícios até o último dia útil do mês anterior.

11.24. Utilizar, no desempenho de suas atividades, equipes bem treinadas e aptas para executar as tarefas objeto do presente certame licitatório. Neste sentido, a contratada é obrigada a manter treinado cada profissional, objetivando o desempenho perfeito da equipe como um todo e a correta execução dos serviços.

11.25. Manter absoluto sigilo quanto às informações contidas nos documentos ou materiais manipulados por seus empregados, em especial quanto aqueles a serem digitados e/ou processados, dedicando especial atenção a sua guarda.

11.26. O pagamento do salário dos terceirizados deverá ser efetuado até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido. A contratada deverá efetuar o pagamento dos salários dos seus empregados por meio de conta em banco comercial.

11.27. Assumir todos os encargos relativos à pessoal e demais obrigações estabelecidas na legislação trabalhista, inclusive os referentes a acidentes de trabalho, quando as vítimas forem seus empregados durante o desempenho de suas funções.

11.28. É de responsabilidade da CONTRATADA eventuais sinistros causados por empregados ao conduzir veículos, não implicando responsabilidade solidaria da CONTRATANTE.

11.29. O colaborador devolvido pela administração CONTRATANTE à empresa CONTRATADA, caso seja dispensado sem justa causa por decisão da empregadora, não poderá cumprir aviso prévio trabalhado junto à contratante.

11.30. Realizar o pagamento de diárias para os funcionários, sempre que for necessária a realização de serviços em outra localidade, diferente da lotação destes, conforme solicitação da CONTRATANTE. Nos deslocamentos para fora do Estado será pago valor de diárias observando-se o disposto no art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993.

11.31. Apresentar, quando solicitado, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão, a critério da Administração.

11.32. Atender de imediato às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência.

11.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas.

11.34. Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

*[Assinatura]*



- 11.35. Não permitir a utilização do trabalho do menor.
- 11.36. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados.
- 11.36.1. A Contratada deverá fornecer o primeiro fardamento aos profissionais, no prazo máximo de até 30 dias após a assinatura do contrato, conforme modelo, cor e tecido determinado pela Secretaria do Turismo, nas quantidades abaixo relacionadas por categoria.
- 11.36.2. Serviço de Condução de veículos (Motorista), uniforme: Calça, camisa social de micro fibra ou similar manga longa, com logotipo da empresa terceirizada e da CONTRATANTE no bolso, em modelo e cor a ser definido pela Secretaria do Turismo. Sapato tipo social em couro ou similar na cor preto; Crachá de identificação: fornecido pela empresa com logotipo da empresa terceirizada e da CONTRATANTE, de acordo com layout fornecido pela Secretaria do Turismo; Quantidade: 02 (dois) fardamentos para cada profissional contratado de uma só vez, para o período de 01 (um) ano, conforme o necessário.
- 11.36.3. Serviços de Copa e Cozinha (Copeira), uniforme: Calça, camisa (feminina) em Oxford, com logotipo da empresa SETUR Secretaria do Turismo CONTRATANTE no bolso, em modelo e cor a ser definido pela Secretaria do Turismo. Sapato tipo sapatilha em couro ou similar na cor preto; Crachá de identificação: fornecido pela empresa com logotipo da empresa terceirizada e da CONTRATANTE, de acordo com layout fornecido pela Secretaria do Turismo; Quantidade: 02 (dois) fardamentos para cada profissional contratado de uma só vez, para o período de 01 (um) ano, conforme o necessário.
- 11.36.4. Serviços de Limpeza e Conservação Auxiliar de Serviços Gerais e Encanador/Bombeiro (Mão de obra masculina e feminina), uniforme: Calça e bata em brim ou similar (manga curta), com logotipo da empresa terceirizada e da CONTRATANTE no bolso, em modelo e cor a ser definido pela Secretaria do Turismo. Bota borracha, couro ou similar na cor preto; Crachá de identificação: fornecido pela empresa com logotipo da empresa terceirizada e da CONTRATANTE, de acordo com layout fornecido pela Secretaria do Turismo; Quantidade: 02 (dois) fardamentos para cada profissional contratado de uma só vez, para o período de 01 (um) ano, conforme o necessário.
- 11.36.5. Serviços de Eletricista, uniforme: Eletricista NR10 Risco 1(I) e 2(II) ATPV 11,3 cal/cm² com proteção para ArcoElétrico e Fogo Repentino, composto de calça e camisa. Botina de amarrar em couro, sem componentes metálicos, solado em PU bi densidade, para uso eletricista; Crachá de identificação: fornecido pela empresa com logotipo da empresa terceirizada e da CONTRATANTE, de acordo com layout fornecido pela Secretaria do Turismo; Quantidade: 02 (dois) fardamentos para cada profissional contratado de uma só vez, para o período de 01 (um) ano, conforme o necessário.
- 11.36.6. Serviços de Operador de Máquina Pesada, uniforme: Calça e camisa em brim ou similar (manga curta); Colete Refletivo; Botina de cano curto com biqueira de aço; Luva Vaqueta Couro Branco; Luva Pigmentada de Tecido; Capacete; Óculos Fumê com Aba Lateral; Máscara Respiratória PFF1; Protetor Auricular Plug ou Concha; Capacete; Crachá de identificação: fornecido pela empresa com logotipo da empresa terceirizada e da CONTRATANTE, de acordo com layout fornecido pela Secretaria do Turismo; Quantidade: 02 (dois) fardamentos para cada profissional contratado de uma só vez, para o período de 01 (um) ano, conforme o necessário.
- 11.36.7. Para as demais categorias, não citadas anteriormente, os uniformes a serem fornecidos pela CONTRATADA aos seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do



ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado.

11.37. Não repassar quaisquer custos de uniformes e equipamentos a seus empregados.

11.38. Não haverá provisionamento no primeiro ano de contrato relativo às férias.

11.39. A execução dos serviços ocorrerá diariamente no horário determinado pela CONTRATANTE.

11.40. Quando necessário os funcionários serão convocados para serviços extraordinários, conforme previsto na Lei.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

12.1. Solicitar a execução do objeto à contratada através da emissão de Ordem de Serviço.

12.2. Proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do termo contratual, inclusive com o fornecimento de equipamentos e materiais, consoante estabelece a Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações.

12.3. Fiscalizar a execução do objeto contratual através de sua unidade competente, podendo em decorrência, solicitar providências da contratada, que atenderá ou justificará de imediato.

12.4. Notificar a contratada de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.

12.5. Efetuar os pagamentos devidos à contratada nas condições estabelecidas neste Termo.

12.6. Determinar o horário da realização dos serviços podendo ser variável em cada local e passível de alteração, conforme conveniência da contratante com observância das leis trabalhistas.

12.7. Fiscalizar mensalmente o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciária e para com o FGTS, em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução dos serviços contratados, em especial, quanto:

12.7.1. ao pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;

12.7.2. à concessão de férias remuneradas e pagamento do respectivo adicional;

12.7.3. à concessão do auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido.

12.7.4. aos depósitos do FGTS; e

12.7.5. ao pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

12.8. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

12.9. Reembolsar à contratada os valores de despesas, devidamente comprovadas, decorrentes de pagamentos de horas extras, diárias e outros conforme planilha aprovada pela SEPLAG.

12.10. Quando da rescisão do contrato, a contratante deve verificar o efetivo pagamento pela contratada das verbas rescisórias ou dos documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

12.10.1. Informar à contratada que a garantia contratual somente será liberada mediante a comprovação de que houve o pagamento de todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, observada a legislação que rege a matéria.

12.11. Efetuar o pagamento das obrigações trabalhistas diretamente aos empregados da contratada, no prazo de quinze dias, quando não for comprovada a quitação das respectivas obrigações

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*



por parte da contratada. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício, bem como não implicam na assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da contratada.

12.12. Notificar, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços ou descumprimento de cláusulas contratuais, fixando o prazo para a sua correção. Caso esta não ocorra, acionar a Assessoria Jurídica da SETUR para tomar as providências cabíveis.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO**

13.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pelo(a) Superintendente dos Equipamentos Turísticos - SUGET, representante especialmente designado para este fim pela contratante, de acordo com o estabelecido no art. 67, da Lei Federal nº 8.666/1993, doravante denominado simplesmente de GESTOR.

13.2. O órgão deve acompanhar e fiscalizar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, por meio de um representante especialmente designado, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

13.3. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

13.4. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais e comunicando a autoridade competente, quando for o caso, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do artigo 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.5. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

14.1. No caso de inadimplemento de suas obrigações, a contratada estará sujeita, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civil e criminal, às seguintes penalidades:

14.1.1. Multas, estipuladas na forma a seguir:

a) Multa diária de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de atraso na execução do objeto contratual até o 15º (décimo quinto) dia.

b) Multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de atraso na execução do objeto contratual superior a 15 (trinta) dias. A aplicação da presente multa exclui a aplicação da multa prevista na alínea anterior.

c) Multa diária de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de descumprimento das demais cláusulas contratuais, elevada para 0,5% (cinco décimos por cento) em caso de reincidência.

d) Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução do objeto contratado, ou rescisão contratual não motivada pela contratante.

*[Assinatura manuscrita]*

*[Assinatura manuscrita]*



14.1.2. Impedimento de licitar e contratar com a Administração, sendo, então, descredenciada no cadastro de fornecedores da Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), do Estado do Ceará, pelo prazo máximo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento e das demais cominações legais.

14.1.3. Nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à CONTRATANTE, nos termos do inciso IV do art. 80 da Lei nº 8.666, de 1993, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.

14.2. Se não for possível o pagamento da multa por meio de descontos dos créditos existentes ou desconto da garantia contratual, a CONTRATADA recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do órgão CONTRATANTE, se não o fizer, será cobrado em processo de execução.

14.3. A sanção prevista no subitem 14.1.2., poderá ser aplicada à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

14.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*





1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten mark]*

*[Handwritten mark]*



10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

14.5. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e contraditório, na forma da lei.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

15.1. A contratada deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “prática conluída”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre duas ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando a influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução deste contrato.
- e) “prática obstrutiva”:

(1) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nesta cláusula;

(2) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

15.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

15.3. Considerando os propósitos dos itens acima, a contratada deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*



pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução deste contrato e todos os documentos e registros relacionados à licitação e à execução deste contrato.

15.4. A contratante, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes, previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou da pessoa física contratada em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas ou coercitivas, no decorrer da licitação ou na execução deste contrato financiado por organismo financeiro multilateral, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

16.1. A inexecução total ou parcial deste contrato e a ocorrência de quaisquer dos motivos constantes no art. 78, da Lei Federal nº 8.666/1993 será causa para sua rescisão, na forma do art. 79, com as consequências previstas no art. 80, do mesmo diploma legal.

16.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

16.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

16.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

16.2.3. Indenizações e multas.

16.3. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão do contrato por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis.

16.4. Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pela CONTRATADA das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho conforme art. 64 da IN SEGES/MP n.º 05/2017).

16.5. Até que a CONTRATADA comprove o disposto no item anterior, a CONTRATANTE reterá:

16.5.1. A garantia contratual, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela CONTRATADA, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

16.5.2. Os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

16.6. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

16.7. A CONTRATANTE poderá ainda:

16.7.1. Nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

16.7.2. Nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 80 da Lei n.º 8.666, de 1993, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.

16.8. Este contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo pela CONTRATANTE, mediante aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, nos casos das rescisões decorrentes do previsto no inciso

*[Assinaturas manuscritas]*



Av. Washington Soares, 999 - Edson Queiroz  
Pavilhão Leste - Portão E - 2º Mezanino  
CEP: 60.811-341 • Fortaleza/CE  
Fone: (85) 3195.0200



XII, do art. 78, da Lei Federal nº 8.666/1993, sem que caiba à CONTRATADA, direito à indenização de qualquer espécie.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO**

17.1. Fica eleito o Foro do município da sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste contrato, que não possam ser resolvidas na esfera administrativa.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica da CONTRATANTE, e do qual se extraíram 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Fortaleza, 06 de setembro de 2022.

#### **CONTRATANTE**

  
Denise Sá Vieira Carrá  
Secretária Executiva do Turismo

#### **CONTRATADA**

  
Marinaiva Lima Ferreira  
Certa Serviços Empresariais e  
Representações Eireli

#### **VISTO**

  
Fábio Araújo de Lima  
OAB-CE 18.744  
Assessoria Jurídica - SETUR

#### **TESTEMUNHAS:**

Nome:	Nome:
CPF nº:	CPF nº:



ITEM	RESPONSÁVEL
O material utilizado para o desenvolvimento do Curso	Patrimônio da 1ª CIA/2º BBM Maracanaú, da AESP/CE e, eventualmente, das instituições a qual os alunos pertencem, podendo ser solicitado previamente aos alunos outros materiais de uso individual específico, que sejam indispensáveis à realização do Curso.
Local	1ª CIA/2º BBM Maracanaú

7. Os casos omissos serão resolvidos pela Célula de Ensino Militar – CEMI e pela Coordenadoria Acadêmica Pedagógica, tudo em sintonia com a Coordenadoria de Ensino e Instrução e com a Diretoria Geral da AESP/CE. Fortaleza-CE, 30 de agosto de 2022.

Antonio Clairton Alves de Abreu – CEL PM  
DIRETOR GERAL

## SECRETARIA DO TURISMO

## EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº04/2022

I - ESPÉCIE: PRIMEIRO TERMO ADITIVO; II - CONTRATANTE: SECRETARIA DO TURISMO – SETUR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.671.077/0001-93; III - ENDEREÇO: Avenida Washington Soares, nº 999, Pavilhão Leste, 2º Mezanino, Bairro: Edson Queiroz, CEP: 60811-341, Fortaleza – CE; IV - CONTRATADA: **EMPRESA CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E REPRESENTAÇÃO EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 07.468.050/0001-47; V - ENDEREÇO: Rua Desembargador Waldemar Alves Pereira, nº 515, Engenheiro Luciano Cavalcante, Fortaleza-CE, CEP: 60.810-700; VI - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Fundamenta-se este Termo Aditivo nos artigos 40, inciso XI e 55, inciso III da Lei nº 8666/93; Cláusula Quinta, subitem 5.2. do CTR 04/2022, Convenção Coletiva de Trabalho SEACONCE x SINTRO 2022/2022 e Convenção Coletiva de Trabalho SEACONCE x SINDPD 2022/2022, tudo em conformidade com o processo nº 02943727/2022, parte que compõe este Termo, independente de transcrição.; VII - FORO: FORTALEZA - CE; VIII - OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a **Repactuação Financeira do Contrato nº04/2022**, tendo em vista a realização da Convenção Coletiva de Trabalho SEACONCE x SINTRO 2022/2022 e Convenção Coletiva de Trabalho SEACONCE x SINDPD 2022/2022, que estabeleceu como data-base para as categorias envolvidas, 1º de janeiro de 2022, de acordo com a Cláusula Primeira dos referidos instrumentos, assegurando o reajuste do piso salarial, vale-alimentação, cesta básica e plano de saúde dos empregados que compõem as categorias profissionais das áreas de transportes e processamento de dados, conforme Análise e planilha COSET/SEPLAG, fls. 41/42.; IX - VALOR GLOBAL: Em decorrência da repactuação financeira, o valor mensal do contrato passará a ser de R\$ 669.091,33 (seiscentos e sessenta e nove mil, noventa e um reais e trinta e três centavos), conforme Análise e planilha COSET/SEPLAG, fls. 41/42, sendo necessário aporte financeiro de R\$ 47.943,78 (quarenta e sete mil, novecentos e quarenta e três reais e setenta e oito centavos) para custear tais despesas, retratado na dotação orçamentária: 36100006.23.695.211.20865.03.339037.10000.0.2, 36100006.23.695.211.20767.03.339037.10000.0.2, 36100005.23.695.371.20622.03.339037.10000.0.3 e 36100006.23.695.371.20622.03.339037.10000.0.3, fls. 44/46.; X - DA VIGÊNCIA:.; XI - DA RATIFICAÇÃO: Ratificam-se, neste ato, todas as demais cláusulas e condições do contrato original que não colidirem com as disposições ora estipuladas.; XII - DATA: 31 de agosto de 2022.; XIII - SIGNATÁRIOS: Denise Sá Vieira Carrá (Secretária Executiva do Turismo) e Marinalva Lima Pereira (Certa Serviços Empresariais e Representação EIRELI).

Fábio Araújo de Lima  
COORDENADOR - ASJUR

\*\*\* \*\*

EXTRATO DE CONTRATO  
Nº DO DOCUMENTO 20/2022

CONTRATANTE: SECRETARIA DO TURISMO DO CEARÁ – SETUR, situada na Av. Washington Soares, 999, Edson Queiroz - Centro de Eventos do Ceará – Pavilhão Leste, 2º mezanino, Fortaleza/CE, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 00.671.077/0001-93. CONTRATADA: **CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E REPRESENTAÇÃO EIRELI**, com sede na Rua Desembargador Waldemar Alves Pereira, nº 515, Engenheiro Luciano Cavalcante, Fortaleza-CE, CEP: 60.810-700, inscrita no CNPJ sob o nº 07.468.050/0001-47. OBJETO: Contratação de empresa na **prestação de serviços de mão de obra terceirizada**, cujos empregados sejam regidos pela CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS (CLT), para atender as necessidades das áreas de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, apoio administrativo e apoio operacional, com dedicação exclusiva de mão de obra, para atender as unidades administrativas e equipamentos turísticos da Secretaria do Turismo, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I – Termo de Referência deste edital e na proposta da CONTRATADA. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato tem como fundamento a Dispensa de Licitação nº 13/2022 integrante do processo administrativo Viproce nº 07203985/2022, os preceitos do direito público, e a Lei Federal nº 8.666/1993, com suas alterações, e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto. FORO: FORTALEZA - CE. VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato é de 180 (cento e oitenta) dias, contado a partir da sua publicação. VALOR GLOBAL: R\$ 4.076.313,85 (quatro milhões, setenta e seis mil, trezentos e treze reais e oitenta e cinco centavos) pagos em conformidade com este instrumento. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 36100006.23.695.371.20622.03.339037.10000.0.3, 36100005.23.695.371.20622.03.339037.10000.0.3, 36100006.23.695.211.20767.03.339037.10000.0.2 e 36100006.23.695.371.20865.03.339037.10000.0.2. DATA DA ASSINATURA: 06 de setembro de 2022. SIGNATÁRIOS: Denise Sá Vieira Carrá (Secretária Executiva do Turismo) e Marinalva Lima Ferreira (Certa Serviços Empresariais e Representações Eireli).

Fábio Araújo de Lima  
COORDENADOR - ASJUR

## CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO

**PORTARIA ADITAMENTO CGD Nº408/2022** - O SINDICANTE, CAP QOAPM FRANCISCO DOS SANTOS RODRIGUES, MF 099.299-1-6, da Célula Regional de Disciplina do Sertão de Sobral, por delegação legal, de acordo com a PORTARIA CGD Nº 170/2014, publicada no Diário Oficial do Estado, nº 044, de 06/03/2014; CONSIDERANDO os fatos narrados na Sindicância Administrativa sob SPU nº 2201158228, instaurada pela Portaria nº 69/2022, com o fim a apurar as condutas atribuídas aos militares 2º TEN PM AMAURI FERREIRA DO NASCIMENTO - MF 065.962-1-5, ST PM DEOCLÉCIO GOMES - MF 113.157-1-2, ST PM FÁBIO MORAIS FROTA - MF 109.817-1-9, 2º SGT PM FRANCISCO VALMIR PEREIRA ALVES - MF 136.193-1-X, CB PM DIÓGENES LUIS DE LIMA COSTA - MF 588.035-1-0, SD PM JAIR ROCHA FONTENELE - MF 308.680-6-4, e SD PM JEFFERSON DOS REIS FERREIRA - MF 309.165-1-4, e SD PM JOSÉ VITOR LIMA DO NASCIMENTO - MF 309.174-4-8, no sentido de averiguar se houve omissão, negligência, conivência, prevaricação ou outra conduta por parte dos mesmos, por ocasião da ocorrência de vias de fato na Boate Space entre o SD PM George Tarick de Vasconcelos Ferreira e Matheus Silva Cruz, seguindo-se do homicídio deste último nas dependências da Delegacia de Polícia Civil da cidade de Camocim-CE; CONSIDERANDO que, no curso da instrução do presente feito, constatou-se através de depoimento da testemunha Isaac Ferreira da Silva Carvalho, que estava na companhia de Matheus no dia dos fatos, nos autos do Inquérito Policial Militar, instaurado pela Portaria nº 113/2022-CPJM, e, após saírem da Boate Space, a testemunha foi abordada pelo 2º TEN PM AMAURI FERREIRA DO NASCIMENTO - MF 065.962-1-5 e SD PM JOSÉ VITOR LIMA DO NASCIMENTO - MF 309.174-4-8, os quais o teriam agredido fisicamente, tendo ainda o SD PM Victor apontado uma arma de fogo contra o seu rosto, enquanto que Matheus Silva Cruz teria conseguido se evadir do local, sendo alcançado e detido na Praça do Coreto pelos militares SD PM JOSÉ RODRIGO RODRIGUES MARQUES, MF Nº 308.755-1-6, SD PM FELIPE MELO DE MARIA, MF Nº 308.740-5-6 e SD PM ISAAC WILLIAMS DOS SANTOS DE MARIA, MF Nº 308.742-4-2, que estavam de folga, onde Matheus, quando colocado dentro da viatura policial junto com Isaac Ferreira, este percebeu lesões no seu rosto, inclusive faltando um pedaço da orelha, e, ao indagá-lo, Matheus teria afirmado que fora agredido pelos policiais De Maria, Rodrigo e Isaac, ocasião em que este último lhe aplicara uma mordida na orelha direita, lesão que, entre outras, está descrita no Auto de Exame de Corpo de Delito juntado aos autos do IPM, procedimento no qual os mesmos foram ouvidos na condição de investigados; CONSIDERANDO a necessidade de melhor adequação típica das condutas citadas aos tipos legais da lei substantiva e a necessidade de inclusão no rol de sindicados dos militares responsáveis pela detenção de Matheus Silva Cruz na Praça do Coreto, Camocim; CONSIDERANDO o despacho do Exmº Sr. Controlador Geral de Disciplina, RESOLVE: I) **ADITAR a portaria supra mencionada**, para incluir no rol dos sindicados os **MILITARES** SD PM JOSÉ RODRIGO RODRIGUES MARQUES, MF Nº 308.755-1-6, SD PM FELIPE MELO DE MARIA, MF Nº 308.740-5-6 e SD PM ISAAC WILLIAMS DOS SANTOS DE MARIA, MF Nº 308.742-4-2, atribuindo-lhes, em tese, as condutas previstas no art. 7º, Incs. IV, V, VI, VII e X; no art. 8º, Incs. IV, VIII, XV, XXIII, XXVI e XXIX, art. 12, § 1º, I e II, §2º, II, bem como no art. 13, § 1º, III e XXX, e § 2º, LIII, do Código Disciplinar da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará, bem como aos militares 2º TEN PM AMAURI FERREIRA DO NASCIMENTO - MF 065.962-1-5 e SD PM JOSÉ VITOR LIMA DO NASCIMENTO - MF 309.174-4-8, acrescentando-se para este último o inciso XLIX, § 1º do art. 13, da Lei 13.407/2003. PUBLIQUE-SE e REGISTRE-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, em Fortaleza, 30 de agosto de 2022.

Francisco dos Santos Rodrigues  
CAP QOAPM SINDICANTE

\*\*\* \*\*

**PORTARIA CGD Nº410/2022** - O CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º, I e IV c/c art. 5º, I e XV, da Lei Complementar nº 98, de 13/06/2011; CONSIDERANDO os fatos constantes no processo sob SISPROC nº 2200916188, dando conta de que o SD PM GUSTAVO HENRIQUE DE SOUSA FREITAS, MF: 308.883-7-5, de folga, na companhia do menor de iniciais C.O.A., efetuou disparos de arma de fogo contra o então SD PM 34.217 Antônio CADORNE Rodrigues Júnior, MF: 308.985-1-6, e Samara Costa Rodrigues, momento em que tentava roubar as supostas vítimas, no dia 31/01/2022, por volta da 00h20min, na Rua Aline Vieira Colares, próximo ao nº 40, no bairro Quintino Cunha, nesta Capital; CONSIDERANDO que os disparos de arma de fogo efetuados pelo SD PM HENRIQUE, provocaram a morte do ex-SD PM CADORNE e lesões corporais em

